ISSN 2316-7610

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO DA PARAÍBA 2012

REVISTA DO SISTEMA

avaliando IDEPB

Paraíba faz educação

ISSN 2316-7610

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO DA PARAÍBA

2012

REVISTA DO SISTEMA

GOVERNO DA PARAÍBA

Governador do Estado da Paraíba
Ricardo Vieira Coutinho

Vice-governador
Rômulo José de Gouveia

Secretária de Estado da Educação
Márcia de Figueirêdo Lucena Lira

Gerente Executiva da Educação Infantil e Ensino Fundamental
Aparecida de Fátima Uchoa Rangel

Gerente Executiva do Ensino Médio e Educação Profissional
Ana Célia Lisboa da Costa

Coordenação Geral do Sistema de Avaliação da Educação da Paraíba
Iara Andrade de Lima
Jerusa Pereira de Andrade

Equipe Pedagógica do Programa de Avaliação da SEE
Ivonete Machado Félix de Medeiros
Julia Gislandia de Araujo
Marineide Leite Maia de Melo
Valda Avelino Alves

AO EDUCADOR

Márcia de Figueirêdo Lucena Lira
Secretária de Educação

A Secretaria de Estado da Educação da Paraíba (SEE), em consonância com o sistema nacional de educação, vem implementando políticas que garantam maior efetividade no ensino público e lança-se no desafio de ampliar as possibilidades de diagnosticar e compreender o processo de aprendizagem escolar.

O governo do estado vem reunindo esforços para que a intervenção se dê em várias frentes e de forma articulada. No sistema educacional, entre estes esforços está a consolidação da formação continuada para todos os educadores da rede estadual de ensino, a implementação de programas e ações que viabilizem a educação em tempo integral, a criação de programa preparatório ao vestibular (PBVEST), e a implantação do Sistema de Avaliação da Educação da Paraíba, o Avaliando IDEPB, entre outros.

Em se tratando de sistema de avaliação, entendemos ser necessário voltar o olhar para as aprendizagens que devem ocorrer na escola, com a realização de diagnóstico, de escuta e de análise, considerando a conjuntura social, política e econômica em que a escola está situada. Buscar a compreensão do que acontece no percurso de aprendizagens do(a) estudante, verificando avanços e dificuldades, além de formas de enfrentamento dos pontos críticos é o grande desafio que se quer imprimir nos micros e nos macros espaços educativos, com o objetivo de construir uma avaliação focada no alcance do saber e do conhecer, com o incentivo à conquista da autonomia do(a) estudante no processo de aprendizagem ao longo da vida. Parafraseando Jussara Hoffmann, a avaliação escolar, hoje, só faz sentido se tiver o intuito de buscar caminhos para a melhor aprendizagem.

Assim, o objetivo do Avaliando IDEPB é oferecer dados e informações que sirvam para análise e aprofundamento das questões educacionais com proposições para novas tomadas de decisão, quer voltadas para o alinhamento das políticas públicas existentes, quer para novas formulações.

No dia 26 de setembro do ano em curso, foram aplicados instrumentos de avaliação, com testes para 2.358 turmas do 5° e 9° anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio, das 677 escolas e 223 municípios, nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, além de questionários e entrevistas destinados aos profissionais de educação, como gestores, coordenadores pedagógicos e professores. Apurados os resultados, realizaremos oficinas de análise e estudo com esses profissionais das escolas e especialistas na área, para o alcance da melhor compreensão das informações e uma eficaz intervenção.

Dessa forma, seguimos juntos na defesa de uma escola inclusìva e de sujeitos aprendizes.

8 A DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO DA PARAÍBA

11 O DIREITO A UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

12 O sistema paraibano de avaliação
13 Com a palavra, a diretora

15 MATRIZES DE REFERÊNCIA PARA A AVALIAÇÃO

16 Elementos que compõem a Matriz de Referência
18 Matriz de Referência de Língua Portuguesa
22 Da leitura ao letramento: formando leitores proficientes
24 Matriz de Referência de Matemática
32 A avaliação em larga escala e o ensino de Matemática

35 METODOLOGIA E ANÁLISE DOS TESTES

36 Composição dos cadernos
37 Análise dos testes
38 O propósito da avaliação
39 Padrões de Desempenho
41 Com a palavra, o coordenador

43 O TRABALHO CONTINUA

REVISTA DO SISTEMA

A Revista do Sistema de Avaliação da Educação da Paraíba apresenta os objetivos, alcances e metodologias da avaliação. A publicação traz informações sobre as Matrizes de Referência, a composição dos testes e as técnicas de análise adotadas. Além disso, a edição publica artigos que trazem importantes discussões sobre as áreas de conhecimento avaliadas.

A Revista do Sistema apresenta os objetivos, alcances e metodologias da avaliação. A publicação traz informações sobre as Matrizes de Referência, a composição dos testes e as técnicas de análise adotadas. Além disso, a edição publica artigos com importantes discussões sobre as áreas de conhecimento avaliadas.

A DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO DA PARAÍBA

Para o cumprimento das metas de melhoria da educação propostas para o estado, as ações de monitoramento do sistema precisam contar com instrumentos de divulgação que informem, da melhor maneira possível, os resultados alcançados. É preciso assegurar que esses resultados sejam apropriados pelos gestores, professores, estudantes e comunidade escolar como indicativos da qualidade educacional. A apropriação, de forma crítica e autônoma, permite a esses agentes a utilização dos resultados para aperfeiçoar o próprio sistema. Com esse propósito, a Secretaria de Estado da Educação (SEE), em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF), apresenta uma ampla política de divulgação e apropriação dos resultados do sistema de avaliação.

Revistas para os gestores e professores, cartazes personalizados com os dados de cada unidade escolar, material para oficinas de estudo e vídeos educativos compõem uma série de produtos distribuídos às escolas estaduais. Esses produtos foram elaborados sob três importantes princípios: o de informar os resultados da avaliação, o de subsidiar as ações de intervenção pedagógica e o de fornecer indicadores para a elaboração de ações de gestão.

Com essa ação, o governo do estado da Paraíba presta contas à sociedade acerca da qualidade dos serviços educacionais desenvolvidos em sua rede de ensino.

REVISTA DO GESTOR

Essa revista oferece informações gerais sobre a participação dos estudantes na avaliação e os resultados de proficiência alcançados. Apresenta, de modo sintético, os Padrões de Desempenho estudantil definidos pela SEE, além de discussões sobre políticas e metas para uma educação de maior qualidade para todos.

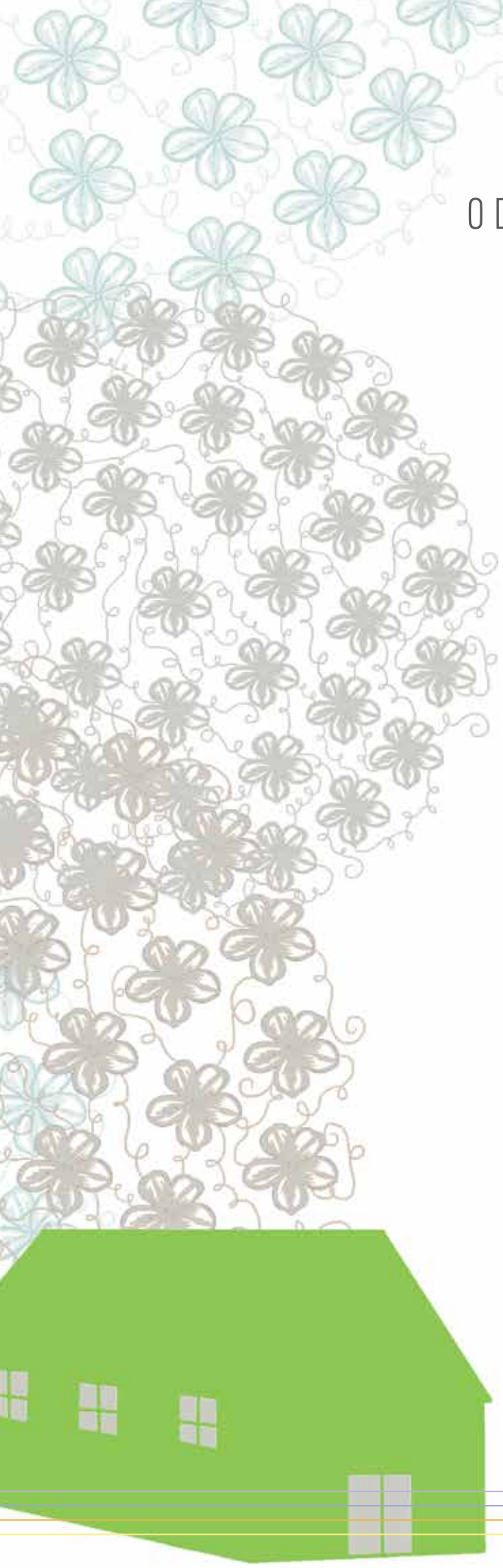
REVISTA PEDAGÓGICA

A terceira revista da coleção apresenta os resultados por etapa e área do conhecimento, para cada escola, com foco na análise pedagógica dos resultados. Destaca-se a interpretação da Escala de Proficiência, que traz as competências e habilidades desenvolvidas pelos estudantes situados em cada um dos Padrões de Desempenho.

PORTAL DA AVALIAÇÃO

Aliado aos materiais de divulgação de resultados, o Portal da Avaliação é o espaço interativo para a discussão e divulgação de informações e dados. Pelo link www.avaliacaoparaiba.caedufjf.net é possível ter acesso à coleção 2012, às Matrizes de Referência, aos roteiros das oficinas, aos vídeos instrucionais, aos fóruns e a muitas outras informações sobre avaliação.

O DIREITO A UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



Os debates sobre o acesso e permanência do estudante e a qualidade do ensino vêm ganhando cada vez mais destaque no âmbito da União, dos estados e municípios. Isso porque são esses entes que devem garantir a educação formal com a qualidade exigida pelo avanço social, econômico, cultural e tecnológico da sociedade. A Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE) são algumas das referências que obrigam o poder público a cumprir esse dever. Entretanto, se, até o final do século passado, a ênfase era no acesso, atualmente são as questões relacionadas à permanência e à qualidade que mais preocupam, visto que são prerrogativas fundamentais de uma educação que prepare o estudante, de forma plena, para a vida em sociedade. Educação de qualidade e no tempo certo é, portanto, um direito de todos. As avaliações em larga escala buscam aferir o quanto os sistemas educacionais se aproximam ou se distanciam do cumprimento desse direito.

Ao produzir informações precisas sobre o desempenho escolar, as avaliações possibilitam, por parte dos atores educacionais, a execução de ações e estratégias voltadas à redução das desigualdades e ampliação das oportunidades educacionais. Em outras palavras, a garantia do direito a uma educação de qualidade passa, necessariamente, pela avaliação dos sistemas de ensino.

Dada a necessidade de obter informações específicas de sua rede de ensino, muitos estados e municípios brasileiros criaram seus próprios sistemas de avaliação, aplicando testes de forma censitária. Seguindo essa tendência, o estado optou por executar um sistema de avaliação próprio, o Sistema de Avaliação da Educação da Paraíba, a fim de prover um diagnóstico da qualidade da educação.

O SISTEMA PARAIBANO DE AVALIAÇÃO

Com o propósito de criar um sistema de ensino mais justo e inclusivo, no qual as chances de aprendizado sejam iguais para todos os estudantes, a Secretaria de Estado da Educação desenvolve, a partir desse ano, o seu programa de avaliação da rede de educação pública.

O Sistema de Avaliação da Educação da Paraíba é um programa que visa diagnosticar o desempenho dos estudantes em diferentes áreas do conhecimento e níveis de escolaridade, bem como subsidiar a implementação, a (re)formulação e o monitoramento de políticas educacionais, contribuindo ativamente para a melhoria da qualidade da educação no estado. Em sua primeira edição, o sistema de avaliação avaliou milhares de estudantes em diferentes etapas de escolaridade da Educação Básica.

Através da linha do tempo apresentada a seguir, pode-se ter uma ideia da abrangência desse programa de avaliação, ao conhecer as etapas de escolaridade e os componentes curriculares avaliados.

ESTRUTURA DO PROGRAMA DE AVALIAÇÃO

SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO DA PARAÍBA

O Sistema de Avaliação da Educação da Paraíba tem por objetivo avaliar as escolas estaduais, com relação às habilidades e competências desenvolvidas nas disciplinas avaliadas. O programa avalia estudantes do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio/4º ano do Curso Normal em Língua Portuguesa e Matemática.

TRAJETÓRIA DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO DA PARAÍBA

2012	Disciplinas	Séries	Rede	Escolas	Nº de estudantes
	Língua Portuguesa e Matemática	5º ano EF, 9º ano EF e 3ª série EM	Estadual	677	47.260 estudantes

MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

Diretora enfatiza parceria em busca de maiores objetivos

Maria José Figueiredo é diretora há 11 anos em uma escola de João Pessoa que atende 450 estudantes e conta com 34 professores. Licenciada em História, ela revela que assumiu o cargo por gostar e acreditar na educação e ter como foco o trabalho com crianças.

Maria José Figueiredo
Diretora de Escola

Entre os desafios enfrentados na profissão, a diretora destaca trabalhar com várias realidades, no que se refere à educação doméstica. Ela enfatiza que a escola deve desempenhar o papel de ser parceira das famílias, trabalhando de forma integrada com a comunidade escolar, universidades e outros setores educacionais. Para a gestora, só haverá qualidade na educação "quando toda criança souber ler e entender o que estão lendo e não apenas reproduzir conteúdos de livros e estudar apenas para as avaliações, sejam elas internas ou externas".

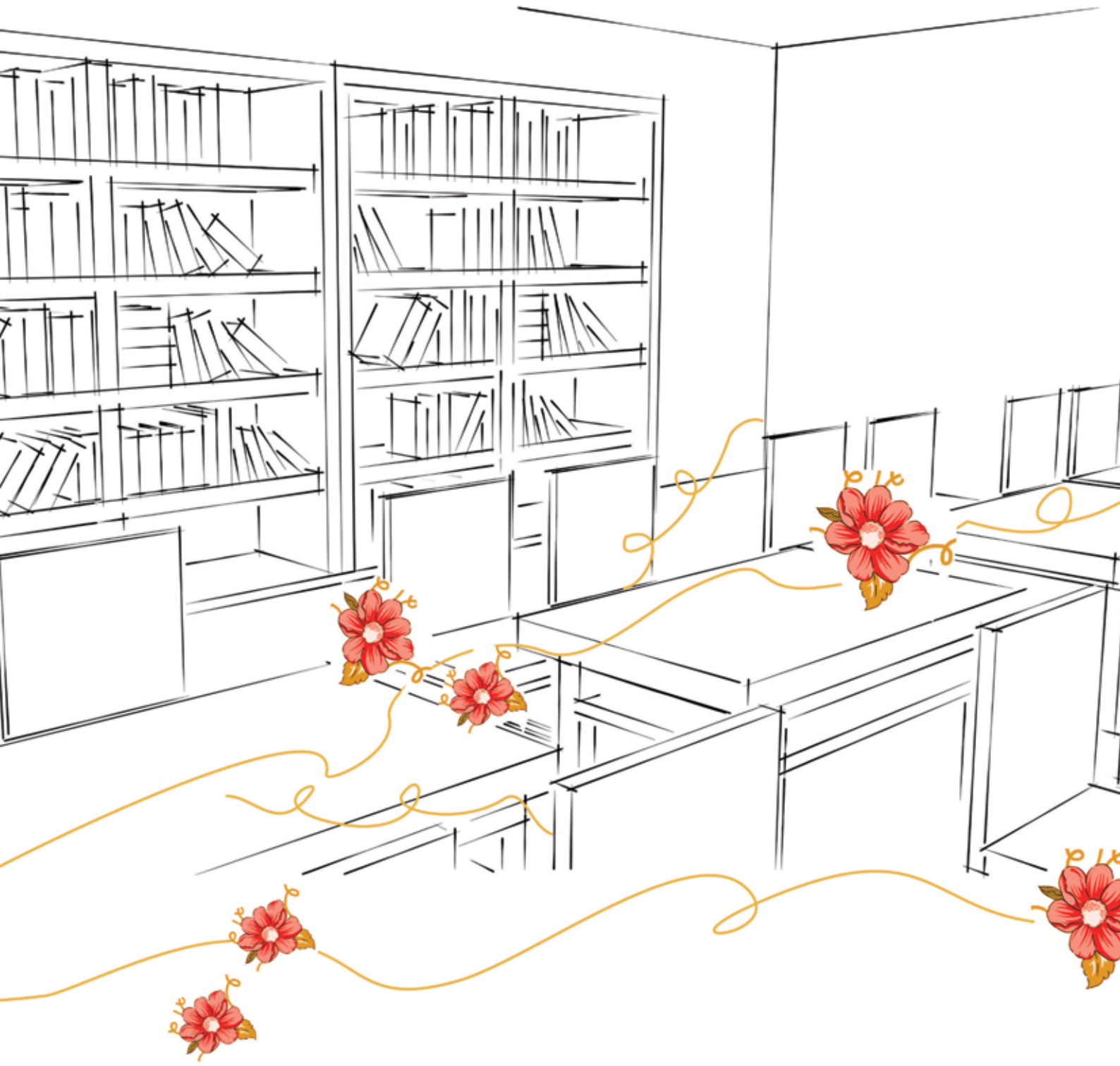
De acordo com Maria José, a avaliação externa é aquela à qual "a escola se submete com o objetivo de medir o nível de aprendizagem dos estudantes". Ela declara que, na instituição onde trabalha, toda a comunidade escolar (estudantes, professores, coordenação pedagógica e diretoria) mobiliza-se para a efetivação do processo avaliativo externo. Maria José afirma que os estudantes veem na avaliação externa uma oportunidade de apresentar os conhecimentos adquiridos na escola, enquanto os professores ficam na expectativa pelo resultado do seu trabalho.

Maria José acredita que essa modalidade de avaliação tem um impacto positivo, pois "é através dela que podemos apresentar o crescimento da nossa escola". Segundo a diretora, a importância de uma avaliação em larga escala para a melhoria da educação na Paraíba é a possibilidade de "conhecer de maneira uniforme como está o trabalho pedagógico das escolas e lançar desafios e propostas de trabalho através das políticas públicas".

A gestora enfatiza que a escola se apropria dos resultados da avaliação para repensar os métodos: "a nossa prática é contínua na questão de rever nossas atividades, a equipe da escola sempre se reúne bimestralmente para avaliar os resultados apresentados". Em sua concepção, a escola pode utilizar os resultados da avaliação em seu planejamento coletivo, "mostrando a capacidade de se trabalhar de forma continuada, sempre fazendo uma avaliação reflexiva sobre os resultados".

Maria José ressalta que os resultados da avaliação externa podem auxiliar a escola em sua avaliação institucional no sentido de "indicar se a instituição está trabalhando de forma positiva ou negativa, pois é através dessa avaliação que temos o *feedback*". Para a gestora, as políticas de monitoramento podem se tornar mecanismos de melhoria do ensino na medida em que sua prática permite rever os pontos que estão fracos, procurando corrigi-los, dando suporte às atividades oferecidas na escola. Ela defende que uma política de monitoramento como a avaliação implementada na Paraíba possibilita fomentar ações que auxiliem no progresso dos estudantes, como palestras, debates, encontros pedagógicos com os professores, formação continuada etc.

Ao ser questionada sobre o que entende por Matriz de Referência para avaliação, Maria José responde que esta é "uma forma de termos um norte para trabalhar nossas habilidades para as avaliações, seja interna ou externa". Para ela, a relação entre Matriz de Referência para avaliação e currículo é a de que ambos "têm os mesmos objetivos de forma paralela". Segundo a diretora, o principal equívoco quanto à utilização das habilidades listadas na Matriz como balizamento para ações em sala de aula consiste em "separar este trabalho como se fosse algo extra, quando, na realidade, essas habilidades estão contidas dentro da proposta curricular". Ela defende a ideia de que os professores da escola devem conhecer a Matriz de Referência pelo fato de esse instrumento ser um norte de trabalho para os profissionais de educação. No entanto, não se trata apenas de uma referência de trabalho, pois os próprios professores devem ter consciência de que não devem separar a Matriz de Referência de suas propostas de trabalho política e pedagógica.



MATRIZES DE REFERÊNCIA PARA A AVALIAÇÃO

Nas avaliações em larga escala, as Matrizes de Referência apresentam o objeto dos testes. São formadas por um conjunto de habilidades (descritores) mínimas esperadas dos estudantes, em seus diversos níveis de complexidade, em cada área de conhecimento e etapa de escolaridade.

As Matrizes são construídas a partir de estudos das propostas curriculares de ensino sobre os currículos vigentes no país, além de pesquisas em livros didáticos e debates com educadores atuantes e especialistas em educação. A partir daí, são selecionadas habilidades passíveis de aferição por meio de testes padronizados de desempenho que sejam, ainda, relevantes e representativas de cada etapa de escolaridade.

As Matrizes de Referência são elaboradas sem a pretensão de esgotar o repertório das habilidades necessárias ao pleno desenvolvimento do estudante. Portanto, não devem ser entendidas como habilidades únicas a serem trabalhadas em sala de aula. Sua finalidade é balizar a criação de itens dos testes, o que as distingue das propostas curriculares, estratégias de ensino e diretrizes pedagógicas.

No Brasil, as primeiras Matrizes de Referência para avaliação foram apresentadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Desde então, essas matrizes vêm sendo utilizadas como base para as avaliações realizadas pelos estados e municípios brasileiros que possuem seus próprios programas de avaliação em larga escala. Na Paraíba, as Matrizes de Referência para avaliação também foram elaboradas tendo por base as habilidades presentes nas matrizes do Saeb.

ELEMENTOS QUE COMPÕEM A MATRIZ DE REFERÊNCIA

MATRIZ DE REFERÊNCIA

I – Procedimentos de leitura	D0	Compreender frases ou partes que compõem um texto.
	D1	Identificar um tema ou o sentido global de um texto.
	D2	Localizar informações explícitas em um texto.
	D3	Inferir informações implícitas em um texto.
	D5	Inferir o sentido de palavra ou expressão.
	D10	Distinguir um fato da opinião relativa a esse fato.
II – Implicações do suporte, do gênero e/ou do enunciador na compreensão do texto	D6	Identificar o gênero de um texto.
	D7	Identificar a função de textos de diferentes gêneros.
	D8	Interpretar texto que conjuga linguagem verbal e não verbal.
III – Coerência e coesão no processamento do texto	D11	Reconhecer relações lógico-discursivas presentes no texto, marcadas por conjunções, advérbios etc.
	D12	Estabelecer a relação causa/consequência entre partes e elementos do texto.
	D15	Estabelecer relações entre partes de um texto, identificando repetições ou substituições que contribuem para sua continuidade.
	D19	Identificar o conflito gerador do enredo e os elementos que compõem a narrativa.
IV – Relações entre recursos expressivos e efeitos de sentido	D23	Identificar efeitos de ironia ou humor em textos.
	D21	Reconhecer o efeito de sentido decorrente do uso de pontuação e de outras notações.
V – Variação linguística	D13	Identificar marcas linguísticas que evidenciam o locutor e o interlocutor de um texto.

TÓPICO OU TEMA

O Tópico ou Tema representam uma subdivisão de acordo com conteúdo, competências de área e habilidades.

Nas Matrizes de Referência para avaliação em Língua Portuguesa, por exemplo, os tópicos são definidos a partir de duas diferentes perspectivas de interação do leitor com o texto: a macrotextual e a microtextual. Na perspectiva macrotextual, enfatizam-se a tipologia textual – narrativa, dissertação, descrição etc. – e os gêneros discursivos. Já na perspectiva microtextual, a ênfase recai sobre as relações estabelecidas dentro de um mesmo período ou entre períodos de um texto.

Nas Matrizes de Referência para avaliação em Matemática, os temas são organizados a partir de blocos de conteúdos do ensino da Matemática para a educação básica. Os temas selecionados – Espaço e Forma, Grandezas e Medidas, Números e Operações, Álgebra e Funções, e Tratamento da Informação – representam conteúdos com base nos quais são elaborados descritores que expressam habilidades em Matemática.

I – Procedimentos de leitura	D0	Compreender frases ou partes que compõem um texto.
	D1	Identificar um tema ou o sentido global de um texto.
	D2	Localizar informações explícitas em um texto.
	D3	Inferir informações implícitas em um texto.
	D5	Inferir o sentido de palavra ou expressão.
	D10	Distinguir um fato da opinião relativa a esse fato.

DESCRITORES

Os descritores têm origem na associação entre os conteúdos curriculares e as operações mentais desenvolvidas pelo estudante que se traduzem em certas habilidades. É a matéria-prima para a elaboração dos itens. Como o próprio nome sugere, constituem uma sumária "descrição" das habilidades esperadas ao final de cada período escolar avaliado. Implicam, como fundamento, aspectos conceituais ou teóricos relacionados às diferentes áreas do conhecimento a serem avaliadas. A função dos descritores é, portanto, indicar as habilidades que serão objeto de avaliação, no conjunto de itens que compõe o teste.

D1	Identificar um tema ou o s

ITEM

Leia o texto abaixo.

Línguas são assunto de Estado

Diferentes nações escolhem diferentes soluções para o problema da penetração do idioma estrangeiro, dependendo, entre outras coisas, da realidade social do país. Mas, em todas elas, a linguagem é tratada como questão de Estado. As nações procuram normatizar e regular os idiomas que utilizam, visando o processo de identidade nacional.

A França, por exemplo, possui, além do francês, algumas outras línguas minoritárias faladas pela população como o bretão, o catalão e o basco.

Há, na França, várias organizações dedicadas à língua francesa e à sua defesa contra os "estrangeirismos". A legislação sobre o idioma francês é bastante detalhada. [...]

Nos Estados Unidos, além do inglês, o espanhol é amplamente falado, em decorrência da forte presença de imigrantes hispano-americanos.[...]

O tratamento do tema nos Estados Unidos é bem mais fl exível que na França. A Constituição norte-americana, por exemplo, não estabelece o inglês como língua ofi cial [...] Isso não impede que haja tentativas de se adotar leis restritivas – como a proposição 227 na Califórnia, que, se aprovada, obrigará todas as escolas daquele estado a ministrar as aulas em inglês.

O espanhol é hoje a segunda língua mais falada nos Estados Unidos. [...] A mistura entre inglês e espanhol atingiu tal nível que já se cunhou um novo termo para descrevê-la: o spanglish.

O tema desse texto é
A) língua e identidade nacional.
B) invasão de idiomas estrangeiros.
C) normatização de idiomas ofi ciais.
D) quantidade de línguas minoritárias.

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE LÍNGUA PORTUGUESA

A concepção que orienta a avaliação em Língua Portuguesa é a de que a linguagem é uma forma de interação entre os falantes. É por meio de textos verbais e não verbais, orais ou escritos que essa interação se estabelece. Por isso, as habilidades consideradas essenciais para um leitor/escritor capaz de interagir que ganham ênfase na avaliação, com atenção maior às competências ligadas à produção textual e leitura nas diferentes tipologias e gêneros.

O foco das Matrizes de Referência para avaliação em Língua Portuguesa é a Leitura. Nas Matrizes, diversos descritores se repetem em diferentes etapas de escolaridade. Isso acontece porque é necessário avaliar como se desenvolve uma mesma habilidade, com diferentes níveis de dificuldade, à medida que o estudante avança em seu processo de escolarização. O que determina a avaliação de um descritor em diferentes níveis de dificuldade são os textos utilizados na redação dos itens e o tipo de tarefa solicitada aos estudantes.

Tomemos como exemplo a habilidade "localizar informações explícitas em um texto". Ela aparece nas Matrizes de todas as etapas de escolaridade avaliadas. Espera-se que, ao término do 5º ano de escolarização, os estudantes sejam capazes de localizar informações em textos pouco extensos, com vocabulário simples e de temática familiar à faixa etária avaliada. Na 3ª série do Ensino Médio, os estudantes já devem ser capazes de proceder à localização de informações em textos de qualquer extensão, com temáticas, tipologia e gêneros variados, o que indica outro nível de dificuldade de uma mesma habilidade.

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE LÍNGUA PORTUGUESA
5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

I. Práticas de leitura	D6	Localizar informação explícita em um texto.
	D7	Inferir informação em um texto.
	D8	Inferir o sentido de palavra ou expressão a partir do contexto.
	D9	Identificar o tema central de um texto.
	D10	Distinguir fato de uma opinião.
	D11	Interpretar textos não verbais e textos que articulam elementos verbais e não verbais.
II. Implicações do suporte, do gênero e/ou do enunciador na compreensão do texto	D12	Identificar o gênero do texto.
	D13	Identificar a finalidade de diferentes gêneros textuais.
III. Coesão e coerência	D16	Estabelecer relação de causa e consequência entre partes de um texto.
	D17	Estabelecer relações lógico-discursivas entre partes de um texto, marcadas por locuções adverbiais ou advérbios.
	D18	Reconhecer relações entre partes de um texto, identificando os recursos coesivos que contribuem para sua continuidade (substituições e repetições).
	D21	Reconhecer o conflito gerador do enredo e os elementos de uma narrativa.
IV. Relações entre recursos expressivos e efeitos de sentido	D22	Identificar efeitos de humor no texto.
	D23	Identificar efeitos de sentido decorrente do uso de pontuação e outras notações.
V. Variação linguística	D26	Identificar as marcas linguísticas que evidenciam o locutor e/ou o interlocutor.

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE LÍNGUA PORTUGUESA
9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

I. Práticas de leitura	D06	Localizar informação explícita em um texto.
	D07	Inferir informação em um texto.
	D08	Inferir o sentido de palavra ou expressão a partir do contexto.
	D09	Identificar o tema central de um texto.
	D10	Distinguir fato de uma opinião.
	D11	Interpretar textos não verbais e textos que articulam elementos verbais e não verbais.
II. Implicações do suporte, do gênero e/ou do enunciador na compreensão do texto	D12	Identificar o gênero do texto.
	D13	Identificar a finalidade de diferentes gêneros textuais.
III. Relações entre textos	D14	Reconhecer semelhanças e/ou diferenças de ideias e opiniões na comparação entre textos que tratem da mesma temática.
IV. Coesão e coerência	D16	Estabelecer relação de causa e consequência entre partes de um texto.
	D17	Estabelecer relações lógico-discursivas entre partes de um texto, marcadas por locuções adverbiais ou advérbios.
	D18	Reconhecer relações entre partes de um texto, identificando os recursos coesivos que contribuem para sua continuidade (substituições e repetições).
	D19	Identificar a tese de um texto.
	D21	Reconhecer o conflito gerador do enredo e os elementos de uma narrativa.
	D27	Diferenciar as partes principais das secundárias em um texto.
V. Relações entre recursos expressivos e efeitos de sentido	D22	Identificar efeitos de humor no texto.
	D23	Identificar efeitos de sentido decorrente do uso de pontuação e outras notações.
	D24	Reconhecer o efeito de sentido decorrente do emprego de recursos estilísticos e morfossintáticos.
	D25	Reconhecer o efeito de sentido decorrente da escolha de palavras, frases ou expressões.
VI. Variação linguística	D26	Identificar as marcas linguísticas que evidenciam o locutor e/ou o interlocutor.

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE LÍNGUA PORTUGUESA
3ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO

I. Práticas de leitura	D06	Localizar informação explícita em um texto.
	D07	Inferir informação em um texto.
	D08	Inferir o sentido de palavra ou expressão a partir do contexto.
	D09	Identificar o tema central de um texto.
	D10	Distinguir fato de uma opinião.
	D11	Interpretar textos não verbais e textos que articulam elementos verbais e não verbais.
II. Implicações do suporte, do gênero e/ou do enunciador na compreensão do texto	D12	Identificar o gênero do texto.
	D13	Identificar a finalidade de diferentes gêneros textuais.
III. Relação entre textos	D14	Reconhecer semelhanças e/ou diferenças de ideias e opiniões na comparação entre textos que tratem da mesma temática.
IV. Coesão e coerência	D16	Estabelecer relação de causa e consequência entre partes de um texto.
	D17	Estabelecer relações lógico-discursivas entre partes de um texto, marcadas por locuções adverbiais ou advérbios.
	D18	Reconhecer relações entre partes de um texto, identificando os recursos coesivos que contribuem para sua continuidade (substituições e repetições).
	D19	Identificar a tese de um texto.
	D21	Reconhecer o conflito gerador do enredo e os elementos de uma narrativa.
	D27	Diferenciar as partes principais das secundárias em um texto.
V. Relações entre recursos expressivos e efeitos de sentido	D22	Identificar efeitos de humor no texto.
	D23	Identificar efeitos de sentido decorrente do uso de pontuação e outras notações.
	D24	Reconhecer o efeito de sentido decorrente do emprego de recursos estilísticos e morfossintáticos.
	D25	Reconhecer o efeito de sentido decorrente da escolha de palavras, frases ou expressões.
VI. Variação linguística	D26	Identificar as marcas linguísticas que evidenciam o locutor e/ou o interlocutor.

DA LEITURA AO LETRAMENTO: FORMANDO LEITORES PROFICIENTES

Desde 1989, quando Ângela Kleiman, professora e pesquisadora na área de Linguística, enfatizou a necessidade de repensarmos o ensino de leitura, algumas coisas já mudaram. Naquela época, já se constatava que muitas crianças e jovens saíam da escola sem saber ler, problema atribuído à formação do docente e ao desconhecimento dos resultados de pesquisa na área.

De lá para cá, avançamos especialmente no campo das avaliações educacionais e no acesso aos resultados dos testes de Língua Portuguesa, centrados na proficiência em leitura. A partir dos resultados das avaliações, é possível identificar e analisar competências desenvolvidas e habilidades alcançadas, traçando, a partir delas, metas para as ações escolares com a finalidade de melhorar o ensino e a aprendizagem.

No entanto, para que a transformação educacional seja plena, é preciso incidir nas práticas, nos agentes e nas estruturas educacionais, ou seja, é preciso que os dados e resultados obtidos por meio das avaliações sejam efetivamente utilizados por gestores e professores no dia a dia da escola. Ao mesmo tempo, é preciso ter clareza quanto às concepções que norteiam o trabalho em sala de aula, já que elas são um dos fundamentos para os objetivos e as metas.

No campo do ensino de Língua Portuguesa, para que as mudanças ocorram, é fundamental ter duas dimensões claras: de um lado, a concepção da língua em seu âmbito social e interacional; de outro, é preciso considerar a criança e o adolescente, que interagem pela língua, como sujeitos históricos socialmente situados. Sendo assim, a língua é um instrumento de socialização e cidadania, pois é por meio dela que o sujeito se forma cidadão, vive, pensa, estuda, trabalha, convive, emociona-se.

A partir disso, é possível definir o que torna o estudante um leitor proficiente, norteando o trabalho da escola, as estratégias e metodologias adotadas a fim de promover a aprendizagem.

Na sociedade contemporânea, imersa em tecnologia, a escola deve levar o estudante a práticas de linguagem capazes de fazê-lo lidar com uma diversidade de mídias, não apenas com

a palavra escrita. Nesse processo, é preciso levar em conta sua cultura e sua identidade. Por isso, a escola precisa alargar o chamado "letramento da letra", que envolve a palavra escrita. Deve considerar as ações de linguagem com outros sistemas semióticos, enfocando diferentes níveis e tipos de habilidades. Nesse sentido, evocamos os "letramentos múltiplos", que abarcam diversos veículos de comunicação – materiais impressos, digitais, produções de TV, músicas etc. – com sentidos múltiplos e híbridos.

O letramento é crucial para a inserção na vida cidadã, com respeito à diversidade e ao ser humano. Em outros termos, possibilita que o estudante se torne um leitor proficiente não apenas para se adaptar à sociedade, mas para entendê-la, lidar com situações adversas e agir de forma consciente.

A escola ocupa um lugar central nesse processo, na medida em que se configura como espaço de sistematização de conhecimento, de circulação de cultura e ciência, possibilitando que o estudante se confronte com práticas de linguagem que o levem a entender o mundo.

Para tanto, o ensino de Língua Portuguesa deve caminhar na direção do desenvolvimento de habilidades de leitura, respaldando-se na diversidade de enunciados em circulação na sociedade (em textos, meios de comunicação, publicidade, literatura, músicas). Consequentemente, o ato de ler deve transcender as circunstâncias didaticamente criadas para a escola, ocorrendo nos campos onde acontecem as interações humanas efetivas.

Ao mesmo tempo, não se pode esquecer que, independentemente da área de conhecimento, na escola a aprendizagem está bastante centrada na leitura. Por isso, as questões relativas ao letramento devem estar presentes nas reflexões do corpo docente como um todo, não só dos professores da área de linguagem. Essa perspectiva exige uma atitude ativa do professor, partindo de uma reflexão sobre seu fazer cotidiano e de uma postura que encara a interação social, perpassada pela linguagem, como meio de constituição de sujeitos.

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE MATEMÁTICA

As Matrizes de Referência para avaliação em Matemática têm como foco a habilidade de resolver problemas contextualizados. Os temas selecionados – Espaço e forma, Grandezas e medidas, Números e operações/álgebra e funções, e Tratamento da informação – reúnem descritores que expressam habilidades em Matemática a serem avaliadas em cada etapa de escolarização.

São objeto de avaliação as habilidades que envolvem conceitos estruturadores da Matemática, como a identificação de regularidades, de relações e processos em situações cotidianas, visando a uma abordagem mais contextualizada.

Os descritores considerados na elaboração de itens para avaliação em Matemática são construídos a partir de conteúdos curriculares específicos das etapas de escolaridade, que se repetem em diferentes períodos de escolarização. O nível de dificuldade é compatível com essas diferentes etapas.

Tomemos como exemplo a habilidade Calcular área de uma figura plana. Nos anos iniciais, o estudante calcula apenas a área de figuras desenhadas em malha quadriculada. Ao término do 9º ano do Ensino Fundamental, espera-se que o estudante seja capaz de calcular a área de qualquer figura plana. Já na 3ª série do Ensino Médio, os estudantes devem ser capazes de calcular a área dos sólidos.

O que determinará que esses diferentes níveis de dificuldades sejam contemplados nas avaliações será o conhecimento do processo de composição e decomposição de figuras geométricas planas que se formam, por esse processo, em um plano bi ou tridimensional, representado pela figura geométrica apresentada no item.

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE MATEMÁTICA
5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

I. Geometria	D01	Identificar a localização/movimentação de objeto em mapas, croquis e outras representações gráficas.
	D02	Identificar propriedades comuns e diferenças entre os poliedros, e entre poliedros e corpos redondos, relacionando-os com suas planificações.
	D03	Identificar propriedades comuns e diferenças entre figuras bidimensionais pelo número de lados, pelos tipos de ângulos.
	D04	Identificar quadriláteros observando as posições relativas entre seus lados (paralelos, concorrentes, perpendiculares).
	D05	Reconhecer a conservação ou modificação de medidas dos lados, do perímetro, da área em ampliação e/ou redução de figuras poligonais usando malhas quadriculadas.
	D06	Reconhecer figuras com simetria de reflexão e/ ou identificar seus eixos de simetria.
II. Grandezas e medidas	D07	Comparar medidas de grandezas utilizando unidades de medida convencionais ou não.
	D08	Resolver problemas significativos utilizando unidades de medida padronizadas como Km/m/cm/mm, Kg/g/mg, L/mL.
	D09	Resolver problema envolvendo medidas de tempo.
	D10	Em um problema, estabelecer trocas entre cédulas e moedas do sistema monetário brasileiro, em função de seus valores.
	D11	Resolver problema envolvendo o cálculo do perímetro de figuras planas, desenhadas em malhas quadriculadas ou não.
	D12	Resolver problema envolvendo o cálculo ou estimativa de áreas de figuras planas, desenhadas em malhas quadriculadas, ou não.

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE MATEMÁTICA
5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

III. Números e operações/ álgebra e funções	D13	Reconhecer e utilizar características do sistema de numeração decimal, tais como agrupamentos e trocas na base 10 e princípio do valor posicional.
	D14	Identificar a localização de números naturais na reta numérica.
	D15	Reconhecer a decomposição de números naturais nas suas diversas ordens.
	D16	Calcular o resultado de uma adição ou subtração de números naturais.
	D17	Calcular o resultado de uma multiplicação ou divisão de números naturais.
	D18	Resolver problema com números naturais, envolvendo diferentes significados da adição ou subtração.
	D19	Resolver problema com números naturais, envolvendo diferentes significados da multiplicação ou divisão.
	D20	Identificar diferentes representações de um mesmo número racional.
	D21	Identificar a localização de números racionais representados na forma decimal na reta numérica.
	D22	Resolver problema utilizando a escrita decimal de cédulas e moedas do sistema monetário brasileiro.
	D23	Resolver problema com números racionais expressos na forma de fração ou decimal, envolvendo diferentes significados.
	D24	Resolver problema envolvendo noções de porcentagem (25%, 50%, 100%).
IV. Estatística, probabilidade e combinatória	D25	Ler informações e dados apresentados em tabelas.
	D26	Ler informações e dados apresentados em gráficos (particularmente em gráficos de colunas).

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE MATEMÁTICA
9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

I. Geometria	D01	Identificar a localização/movimentação de objeto em mapas, croquis e outras representações gráficas.
	D02	Identificar propriedades comuns e diferenças entre figuras bidimensionais e tridimensionais, relacionando-as com as suas planificações.
	D03	Identificar propriedades de triângulos pela comparação de medidas de lados e ângulos.
	D04	Identificar relação entre quadriláteros por meio de suas propriedades.
	D05	Reconhecer a conservação ou modificação de medidas dos lados, do perímetro, da área em ampliação e/ou redução de figuras poligonais usando malhas quadriculadas.
	D06	Reconhecer ângulos como mudança de direção ou giros, identificando ângulos retos e não retos.
	D07	Reconhecer que as imagens de uma figura construída por uma transformação homotética são semelhantes, identificando propriedades e/ou medidas que se modificam ou não se alteram.
	D08	Resolver problema utilizando propriedades dos polígonos (soma de seus ângulos internos, número de diagonais, cálculo da medida de cada ângulo interno nos polígonos regulares).
	D09	Resolver problema utilizando relações métricas no triângulo retângulo.
	D10	Resolver problema utilizando razões trigonométricas no triângulo retângulo.
	D11	Reconhecer círculo/circunferência, seus elementos e algumas de suas relações.
II. Grandezas e medidas	D12	Resolver problema envolvendo o perímetro de figuras planas.
	D13	Resolver problema envolvendo área de figuras planas.
	D14	Resolver problema envolvendo noções de volume.
	D15	Resolver problema utilizando relações entre diferentes unidades de medida.

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE MATEMÁTICA
9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

III. Números e operações /álgebra e funções	D16	Identificar a localização de números inteiros na reta numérica.
	D17	Identificar a localização de números racionais na reta numérica.
	D18	Efetuar cálculos com números inteiros, envolvendo as operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação).
	D19	Resolver problema com números naturais, envolvendo diferentes significados das operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação).
	D20	Resolver problema com números inteiros envolvendo as operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação).
	D21	Reconhecer as diferentes representações de um número racional.
	D22	Identificar fração como representação que pode estar associada a diferentes significados.
	D23	Resolver problemas utilizando frações equivalentes.
	D24	Reconhecer as representações decimais dos números racionais como uma extensão do sistema de numeração decimal, identificando a existência de "ordens" como décimos, centésimos e milésimos.
	D25	Efetuar cálculos que envolvam operações com números racionais (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação).
	D26	Resolver problema com números racionais envolvendo as operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação).
	D27	Resolver problema que envolva porcentagem.
	D28	Resolver problema que envolva variação proporcional, direta ou inversa, entre grandezas.
	D29	Identificar uma equação ou inequação do 1º grau que expressa um problema.
	D30	Resolver problema que envolva equação do 1º grau.

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE MATEMÁTICA
9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

III. Números e operações /álgebra e funções	D31	Identificar a equação do 2º grau que expressa um problema.
	D32	Resolver problema que envolva equação do 2º grau.
	D33	Identificar a expressão algébrica que expressa uma regularidade observada em sequências de números ou figuras (padrões).
	D34	Identificar um sistema de equações do 1º grau que expressa um problema.
IV. Estatística, probabilidade e combinatória	D35	Resolver problema elementar envolvendo o princípio fundamental da contagem.
	D36	Resolver problema envolvendo probabilidade de um evento.
	D37	Resolver problema envolvendo informações apresentadas em tabelas e/ou gráficos.
	D38	Associar informações apresentadas em listas e/ou tabelas simples aos gráficos que as representam e vice-versa.

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE MATEMÁTICA
3ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO

I. Geometria	D01	Identificar figuras semelhantes mediante o reconhecimento de relações de proporcionalidade.
	D02	Reconhecer aplicações das relações métricas do triângulo retângulo em um problema que envolva figuras planas ou espaciais.
	D03	Relacionar diferentes poliedros ou corpos redondos com suas planificações ou vistas.
	D04	Identificar a relação entre o número de vértices, faces e/ou arestas de poliedros expressa em um problema.
	D05	Resolver problema que envolva razões trigonométricas no triângulo retângulo (seno, cosseno, tangente).
	D06	Identificar a localização de pontos no plano cartesiano.
	D07	Interpretar geometricamente os coeficientes da equação de uma reta.
	D08	Identificar a equação de uma reta apresentada a partir de dois pontos dados ou de um ponto e sua inclinação.
	D09	Relacionar a determinação do ponto de interseção de duas ou mais retas com a resolução de um sistema de equações com duas incógnitas.
	D10	Reconhecer, dentre as equações do 2º grau com duas incógnitas, as que representam circunferências.
Grandezas e medidas	D11	Resolver problema envolvendo perímetro de figuras planas.
	D12	Resolver problema envolvendo área de figuras planas.
	D13	Resolver problema envolvendo a área total e/ou volume de um sólido (prisma, pirâmide, cilindro, cone, esfera).
III. Números e operações /álgebra e funções	D14	Identificar a localização de números reais na reta numérica.
	D15	Resolver problema que envolva variação proporcional, direta ou inversa, entre grandezas.
	D16	Resolver problema que envolva porcentagem.
	D17	Resolver problema envolvendo equação do 2º grau.

MATRIZ DE REFERÊNCIA DE MATEMÁTICA
3ª SÉRIE DO ENSINO MÉDIO

III. Números e operações /álgebra e funções	D18	Reconhecer expressão algébrica que representa uma função a partir de uma tabela.
	D19	Resolver problema envolvendo uma função do 1º grau.
	D20	Analisar crescimento/decrescimento, zeros de funções reais apresentadas em gráficos.
	D21	Resolver problema envolvendo P.A./P.G. dada a fórmula do termo geral.
	D22	Reconhecer o gráfico de uma função polinomial de 1º grau por meio de seus coeficientes.
	D23	Reconhecer a representação algébrica de uma função do 1º grau dado o seu gráfico ou vice-versa.
	D24	Resolver problemas que envolvam os pontos de máximo ou de mínimo de uma função polinomial do 2º grau.
	D25	Relacionar as raízes de um polinômio com sua decomposição em fatores do 1º grau.
	D26	Identificar a representação algébrica e/ou gráfica de uma função exponencial.
	D27	Identificar a representação algébrica e/ou gráfica de uma função logarítmica, reconhecendo-a como inversa da função exponencial.
	D28	Resolver problema que envolva função exponencial.
	D29	Identificar gráficos de funções trigonométricas (seno, cosseno, tangente) reconhecendo suas propriedades.
	D30	Determinar a solução de um sistema linear.
IV. Estatística, probabilidade e combinatória	D31	Resolver problema de contagem utilizando o princípio multiplicativo ou noções de permutação simples, arranjo simples e/ou combinação simples.
	D32	Resolver problema que envolva probabilidade de um evento.
	D33	Resolver problema envolvendo informações apresentadas em tabelas e/ou gráficos.
	D34	Associar informações apresentadas em listas e/ou tabelas simples aos gráficos que as representam e vice-versa.

A AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA E O ENSINO DE MATEMÁTICA

Ao final do último ano do Ensino Fundamental, quase metade dos estudantes de escolas públicas brasileiras – 40% estaduais e 49% municipais – situam-se no nível baixo na Escala de habilidades em Matemática, segundo o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) de 2005. Na rede privada, o cenário não difere muito: cerca de 50% destes estudantes encontra-se nos níveis mais baixos da Escala de Proficiência.

Os dados são alarmantes, pois evidenciam que grandes parcelas dos estudantes apenas iniciaram a sistematização e o domínio de habilidades matemáticas básicas e essenciais ao Ensino Fundamental. Esse quadro repercute no Ensino Médio: em 2009, a proficiência dos estudantes da 3ª série foi menor que em 1995 – 265,5 e 272,1, respectivamente.

O cenário ganha contornos mais graves à luz do substancial crescimento das matrículas do Ensino Fundamental, que repercutiu favoravelmente na taxa de escolarização, mas não acarretou na melhoria da qualidade de ensino ofertado.

É importante que as escolas e, em especial, os professores, conheçam e saibam utilizar os resultados das avaliações. É a análise desses dados que possibilitará um diagnóstico capaz de contribuir para o empoderamento do professor, de forma consciente e crítica, ampliando seu olhar sobre a escola e, sobretudo, sobre seus estudantes e o próprio ensino de Matemática.

Os obstáculos relacionados ao ensino de Matemática decorrem, em parte, de um ensino baseado na transmissão mecanizada de conteúdos descontextualizados e pouco desafiadores ao pensamento e à inteligência dos estudantes.

Outra dificuldade relacionada aos currículos e às metodologias de ensino é a ausência de valorização da Matemática como parte de uma cultura universal, o que levaria a uma abordagem dos conhecimentos matemáticos como meios para compreender e transformar a realidade.

Essa perspectiva exige uma renovação do ensino e da aprendizagem, de modo que os estudantes sejam conduzidos a fazer observações sis-

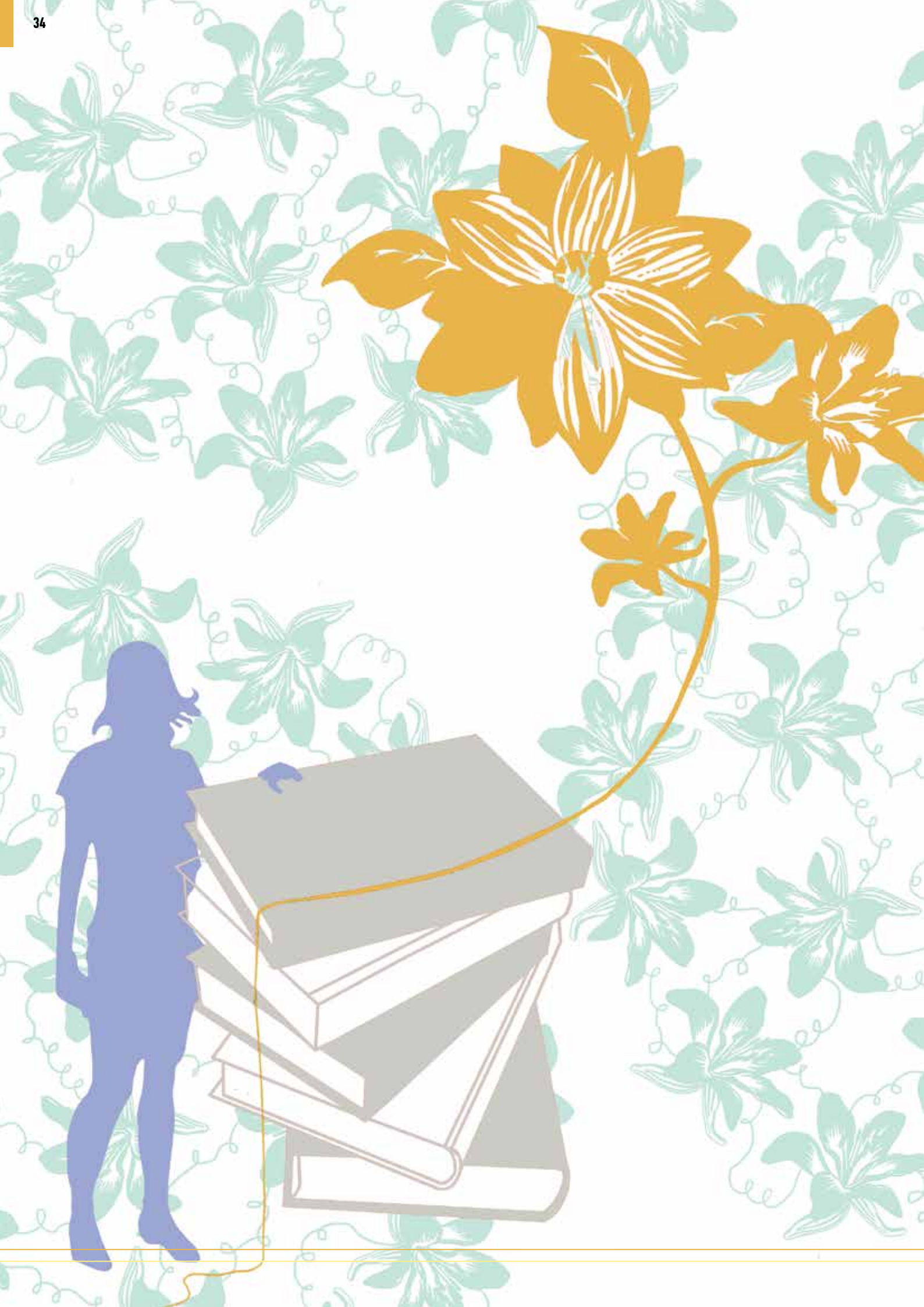
temáticas de aspectos qualitativos e quantitativos da realidade. Paralelamente, no contexto da sociedade da informação, na qual a todo o momento as pessoas se deparam com dados e fatos representados em gráficos e tabelas, é imprescindível que a escola capacite os indivíduos a selecionar, organizar e produzir informações relevantes ao uso social da Matemática.

A Matemática deve, nesse sentido, contribuir para que o sujeito participe do processo de produção do conhecimento e usufrua dele. O estudante deve ser incentivado a se adaptar a novas situações, a reconhecer suas habilidades lógico-matemáticas e a empregá-las em situações-problema. A Matemática deve ser apresentada ao estudante como ciência aberta e ativa.

Nessa dinâmica, renovam-se os papéis de estudantes e professores: entram em cena o trabalho em equipe, a construção do conhecimento e a comunicação em sala de aula. O professor atua como um organizador da aprendizagem, que encoraja seus estudantes na busca de soluções aos problemas propostos, valorizando seus processos de pensamento. Incentiva-os, ainda, a se comunicar matematicamente, envolvendo-os em tarefas ricas e significativas do ponto de vista intelectual e social.

Fica claro, então, que no ensino de Matemática – e de outras disciplinas –, a escola não pode se concentrar apenas na transmissão de fatos ou informações. Ela precisa, além disso, promover o desenvolvimento das competências básicas tanto para o exercício da cidadania quanto para o desempenho de atividades profissionais.

A garantia de que todos desenvolvam e ampliem suas capacidades é indispensável para se combater as desigualdades. Por isso, dentre as funções do ensino de Matemática, destacam-se ensinar a abstrair, criticar, avaliar, decidir, inovar, planejar, fazer cálculos aproximados, usar o raciocínio matemático para compreensão do mundo. Cabe superar, então, a ênfase no ensino de técnicas em detrimento das aplicações em situações do dia a dia.



METODOLOGIA E ANÁLISE DOS TESTES

Na avaliação interna, realizada em sala de aula, o professor, com base no planejamento pedagógico, pode utilizar vários instrumentos para avaliar o processo de aprendizagem dos estudantes. Em geral, a nota atribuída a cada estudante resulta dos acertos e erros às questões propostas. Esse procedimento é próprio do que se denomina Teoria Clássica dos Testes (TCT).

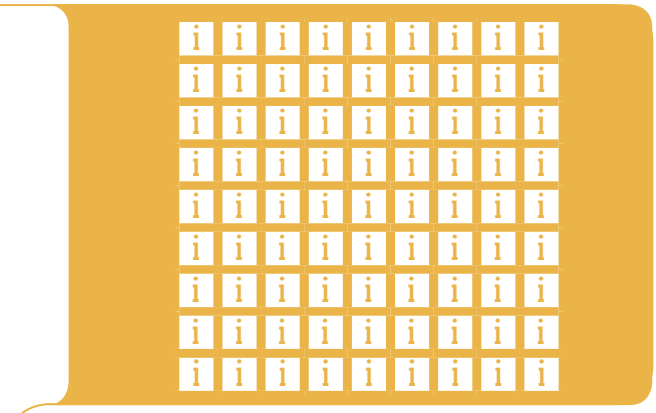
No Sistema de Avaliação da Educação da Paraíba 2012, diferentemente da avaliação interna, os testes são aplicados a um grande número de estudantes e os resultados levam em consideração cada uma das habilidades presentes nas Matrizes de Referência para a avaliação. Outra diferença marcante são as unidades básicas componentes dos testes, os itens. Em sala de aula, cada questão de uma prova pode mobilizar diversas habilidades em sua resolução. Em um teste de proficiência, no entanto, cada item tem o objetivo de avaliar uma única habilidade.

Os itens que compõem o teste do sistema de avaliação são elaborados dentro de critérios técnicos e pré-testados, ou seja, previamente aplicados a amostras de estudantes. Somente os itens que apresentaram boa qualidade pedagógica e estatística constituem a prova.

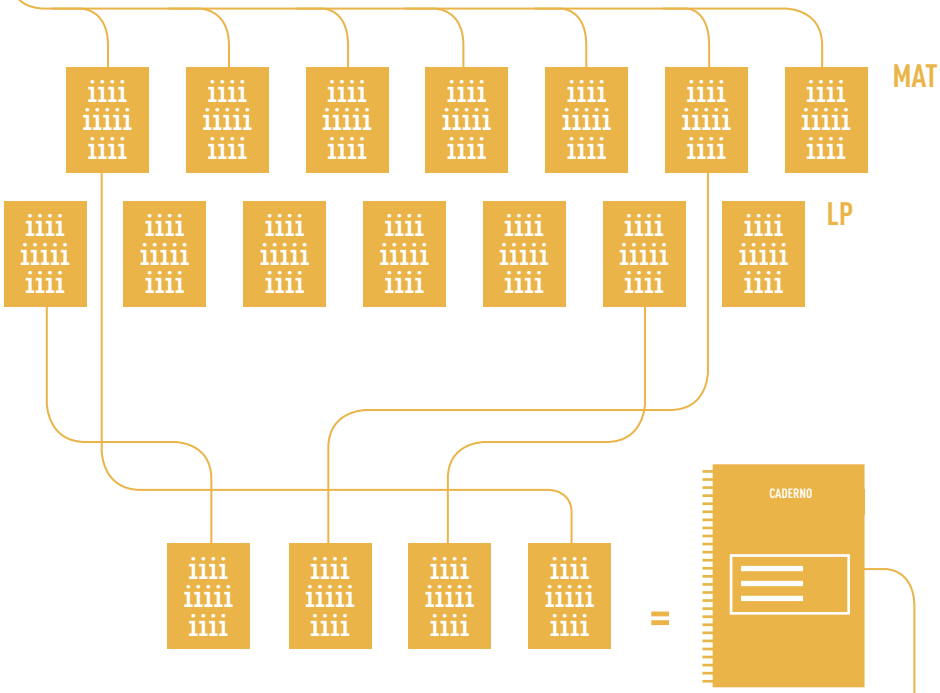
A definição do número de itens é um ponto importante na composição desses testes. Os instrumentos cognitivos devem conter tantos itens quantos forem necessários para que se produza uma medida abrangente de habilidades essenciais ao período de escolaridade avaliado. Os testes não podem ser excessivamente longos, pois isso inviabilizaria sua resolução pelo estudante. Para solucionar essa dificuldade, tem-se utilizado um tipo de planejamento de testes denominado Blocos Incompletos Balanceados (BIB).

COMPOSIÇÃO DOS CADERNOS

= 1 item



Na 3ª série do Ensino Médio, por exemplo,
são 91 itens de cada disciplina, divididos em sete blocos, com 13 itens cada.



Quatro blocos formam um modelo de caderno,
sendo dois de Língua Portuguesa e dois de Matemática.

Ao todo, são 21 modelos diferentes de cadernos.

CADERNO DE TESTE DE LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA 5EF

São 21 modelos de caderno, distribuídos em sete blocos/disciplina formados por 11 itens/disciplina cada um. Cada caderno é formado por quatro blocos, sendo dois blocos de LP e dois blocos de MAT, totalizando 44 itens por caderno, sendo 22 itens de LP e 22 itens de MAT.

CADERNO DE TESTE DE LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA 9EF – 3EM

São 21 modelos de caderno, distribuídos em sete blocos/disciplina formados por 13 itens/disciplina cada um. Cada caderno é formado por quatro blocos, sendo dois blocos de LP e dois blocos de MAT, totalizando 52 itens por caderno, sendo 26 itens de LP e 26 itens de MAT.

ANÁLISE DOS TESTES

A proficiência é uma medida do conhecimento não observável de maneira direta. No Sistema de Avaliação da Educação da Paraíba, essa medida é obtida por meio da análise dos resultados dos itens dos testes. Para analisá-los, são utilizados os procedimentos da Teoria de Resposta ao Item (TRI), por meio de *softwares* específicos. A TRI é um modelo estatístico capaz de produzir informações sobre as características dos itens utilizados nos testes, ou seja, o grau de dificuldade de cada item, a capacidade que ele tem de discriminar diferentes grupos de estudantes que o acertaram ou não e a probabilidade de acerto ao acaso. Denominamos essas características de parâmetros.

A análise dos testes por meio da TRI permite colocar, em uma mesma escala, a proficiência dos estudantes e comparar os resultados entre diferentes programas avaliativos (Saeb, Prova Brasil, Sistema de Avaliação da Educação da Paraíba) e de um mesmo programa ao longo de suas edições.

(TRI) Teoria da Resposta ao Item

PARÂMETRO

A

Discriminação

Capacidade do item de discriminar, entre os estudantes, aqueles que desenvolveram habilidades e os que não desenvolveram.

PARÂMETRO

B

Dificuldade

Está relacionado ao percentual de estudantes que respondem corretamente ao item. Assim, quanto menor o percentual de acerto, maior a dificuldade do item.

PARÂMETRO

C

Probabilidade de acerto ao acaso

Leva em consideração a probabilidade de o estudante "chutar" e acertar o item.

O PROPÓSITO DA AVALIAÇÃO

O propósito da avaliação é contribuir para a garantia do direito fundamental de todo estudante: o direito de aprender. Para tanto, ela deve estar relacionada aos objetivos de desenvolvimento cognitivo dos estudantes, estabelecidos pelo estado. Esses objetivos, por sua vez, devem levar em conta o cumprimento mínimo do currículo proposto para cada área do conhecimento e etapa escolar. Logo, devem existir metas, traduzidas em perfis e características de desempenho dos estudantes, assumidas como um verdadeiro compromisso e que sejam conhecidas por todos: gestores, professores e sociedade em geral. Cumprem esse papel os Padrões de Desempenho Estudantil traçados pela Secretaria de Estado da Educação. Os Padrões, ao mesmo tempo em que apresentam o ponto em que se encontra o desenvolvimento acadêmico dos estudantes avaliados, também indicam o horizonte de metas acerca do que se espera em termos de qualidade educacional.

PADRÕES DE DESEMPENHO

Os Padrões são cortes importantes das Escalas de Proficiência e representam uma caracterização do desempenho dos estudantes com base no perfil das habilidades que eles demonstram nos testes. São um referencial para a interpretação dos resultados do sistema de avaliação, com base em quatro categorias: ABAIXO DO BÁSICO, BÁSICO, ADEQUADO e AVANÇADO.

Estar nos Padrões mais baixos de desempenho significa maiores probabilidades de repetência, evasão, abandono e consequente fracasso escolar, caso não sejam implementadas ações imediatas de intervenção pedagógica. Por outro lado, os Padrões mais altos de desempenho indicam maiores possibilidades de cumprir, com sucesso, a trajetória escolar e determinam, para todo o sistema, a grande meta de qualidade a ser perseguida.

Avançado

O estudante que atingiu este Padrão de Desempenho revela ter desenvolvido habilidades mais sofisticadas e demonstra ter uma aprendizagem superior ao que é previsto para o seu ano escolar. Seu desempenho nas tarefas e provas supera o esperado e, ao serem estimulados, podem ir além das expectativas traçadas.

Adequado

O estudante deste Padrão de Desempenho demonstra ter uma aprendizagem apropriada e substancial ao que é previsto para a sua etapa de escolaridade, visto que ampliaram o seu leque de habilidades, tanto no que diz respeito à quantidade, quanto à complexidade, as quais exigem um refinamento dos processos cognitivos nelas envolvidos.

Básico

O estudante que se encontra neste Padrão de Desempenho demonstra ter uma aprendizagem mínima do que é proposto para o seu ano escolar, à medida que iniciou um processo de sistematização e domínio das habilidades consideradas básicas e essenciais ao período de escolarização em que se encontra.

Abaixo do básico

O estudante que se encontra neste Padrão de Desempenho demonstra carência de aprendizagem do que é previsto para o seu ano escolar. Ele fica abaixo do esperado, na maioria das vezes, tanto no que diz respeito à compreensão do que é abordado quanto na execução de tarefas e avaliações. Por isso, esse grupo necessita de uma intervenção focada para que possam progredir em seu processo de aprendizagem.

ORIENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

Gestão deve ser atuante, participativa e democrática

Iara Andrade de Lima
Coordenadora do Sistema de Avaliação da Educação da Paraíba

"O Sistema de Avaliação da Educação da Paraíba e as Metas para a Educação Básica constituem uma política do estado cuja diretriz é assegurar a melhoria da qualidade do ensino da educação pública". Essa declaração é da coordenadora do programa, Iara Andrade de Lima. Segundo ela, a melhoria da educação está pautada no estabelecimento de objetivos e na apropriação dos resultados, "que farão parte das ações de modernização da gestão pública no estado".

Iara Lima é psicóloga e pedagoga e atua na célula de avaliação há 15 anos. Ela esclarece que a implantação do Sistema de Avaliação da Educação da Paraíba visa estabelecer parâmetros de qualidade para a educação praticada na rede estadual a partir do desempenho dos estudantes das etapas de escolaridade avaliadas, bem como permitir o diagnóstico do âmbito pedagógico tendo em vista diferentes variáveis, como gestão escolar e estrutura física e organizacional da escola, por exemplo.

Para Iara, o envolvimento dos professores e gestores no processo avaliativo externo ainda é pouco explorado, mas "à medida que as escolas começam a participar e obter subsídios para a melhoria da prática pedagógica, os atores educacionais entendem que a avaliação também revela a identidade da escola, de forma a permitir melhorias para o exercício docente".

Colher os frutos

De acordo com a coordenadora, os resultados fornecem informações acerca do conhecimento dos estudantes em cada etapa de escolaridade avaliada, de forma a "contribuir diretamente para a adaptação das práticas de ensino às necessidades dos estudantes". Além disso, auxiliam no processo de acompanhamento do desempenho dos estudantes ao longo do tempo, possibilitando, também, a avaliação do projeto político-pedagógico das escolas. "Os resultados também são associados às políticas de incentivo, com a intenção de reduzir as desigualdades sociais e elevar o grau de eficácia do ensino", completa.

Para que o processo avaliativo seja realizado com sucesso, Iara destaca que são necessárias ações tais como "a utilização de teoria adequada que permita a consolidação, leitura e análise das inúmeras variáveis pertinentes à avaliação; uma boa campanha logística de incentivo aos professores e estudantes e, especialmente, a gestão escolar, que deve ser atuante, participativa e democrática".

É crucial assegurar que, juntamente com as informações que a avaliação fornece, sejam implementadas ações que contribuam para a solução dos problemas educacionais que nos afetam.
A avaliação, sob esse prisma, deve ser entendida como um importante instrumento a ser utilizado para corrigir rumos e (re)pensar o futuro.
As informações fornecidas pelo Sistema de Avaliação da Educação da Paraíba, portanto, ganham força ao serem divulgadas, discutidas e entendidas como necessárias à edificação de uma educação mais justa e com qualidade para todos os paraibanos.

Bom trabalho!

Reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora
Henrique Duque de Miranda Chaves Filho

Coordenação Geral do CAEd
Lina Kátia Mesquita Oliveira

Coordenação Técnica do Projeto
Manuel Fernando Palácios da Cunha Melo

Coordenação da Unidade de Pesquisa
Tufi Machado Soares

Coordenação de Análises e Publicações
Wagner Silveira Rezende

Coordenação de Instrumentos de Avaliação
Renato Carnaúba Macedo

Coordenação de Medidas Educacionais
Wellington Silva

Coordenação de Operações de Avaliação
Rafael de Oliveira

Coordenação de Processamento de Documentos
Benito Delage

Coordenação de Produção Visual
Hamilton Ferreira

Responsável pelo Projeto Gráfico
Edna Rezende S. de Alcântara

Ficha Catalográfica

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Educação.
Sistema de Avaliação da Educação da Paraíba – 2012/ Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, CAEd.

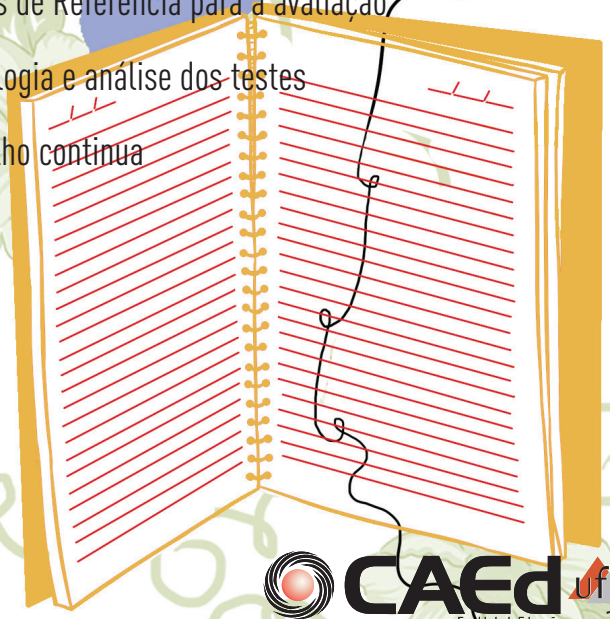
v. 1 (jan/dez. 2012), Juiz de Fora, 2012 – Anual

MELO, Manuel Fernando Palácios da Cunha e; OLIVEIRA, Lina Kátia Mesquita; REZENDE, Wagner Silveira.
ISSN 2316-7610

CDU 373.3+373.5:371.26(05)

SEÇÕES

- A divulgação dos resultados do Sistema de Avaliação da Educação da Paraíba
- O direito a uma educação de qualidade
- Matrizes de Referência para a avaliação
- Metodologia e análise dos testes
- O trabalho continua



CAEd ufjf
Faculdade de Educação